



Anais da Assembléia

Nº 22

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1977.

ANO III

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA

ATA DA 28.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1977.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Werner Wanderer.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudeel, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilsin Fortes. (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.
O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura do Estado do Paraná, Dr. Francisco Borsari Neto, apelando para que aquela autoridade mande analisar a situação do Ginásio Anchieta, no distrito de Missal, município de Medianeira, face às necessidades da sua população.

E que este estudo sirva de base para a pronta estadualização do referido estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1977.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO.

JUSTIFICATIVA:

O Ginásio referido está entregue ao CNEC (Campanha Nacional de Educandários da Comunidade), e é mantido pelos próprios estudantes através do pagamento de mensalidades.

Atualmente, conta apenas 380 (trezentos e oitenta) alunos, podendo abrigar mais de 500.

Muitos estudantes daquela localidade não têm condições econômicas para prosseguir seus estudos naquele estabelecimento e assim se vêem impedidos de elevar seu padrão de conhecimentos e escolarização.

Já a Câmara Municipal de Medianeira expressou sua unanimidade sobre a urgente necessidade dessa estadualização, faltando apenas a sensibilização das autoridades maiores para que tal medida se estabeleça.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado por este Poder Legislativo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública do Estado, encarecendo prontas medidas para que seja assegurado o pagamento dos aluguéis devidos pelo Estado ao proprietário do imóvel onde estão localizadas a Delegacia de Polícia de Medianeira e Cadeia Pública.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1977

(a) ERNESTO DAL'OGGIO

JUSTIFICATIVA:

Os aluguéis da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública de Medianeira, encontram-se com o atraso de mais de 40 meses, sem que o Estado dê qualquer satisfação a seu proprietário.

Não sendo admissível que o Poder Público incorra no hábito de descompromissar-se da dívida como devedor relapso, tem o requerimento o sentido de reparação, para o que convoca a autoridade superior a quem está afeto o problema.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. ERNESTO GNOATO — Sr. Presidente, acredito que o Sr. 1.^o Secretário leu o nome errado. Solicito que a Presidência verifique esta falha.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência satisfaz a V. Exa. e vai verificar. (PAUSA)

V. Exa. tem razão. A Presidência determinou já, ao Sr. 1.^o Secretário, que faça a devida correção.

E, pede, excusas a V. Exa.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ontem, o Diretório Nacional do MDB, resolveu fixar questão sobre dois assuntos que o Congresso Nacional apreciou, e que causou polêmica nacional.

Desejo transcrever aqui, o conceito de um dos grandes jornais do País, que apreciou imparcialmente, o significado da posição do MDB.

No artigo, o editorial da "Folha de S. Paulo" diz: "Aprendendo Negócios e Política".

É fácil culpar o MDB pelo impasse político criado com a sua dupla recusa de ontem (contra o projeto de reforma do

Judiciário e contra a idéia de liquidar a fidelidade partidária).

Os ávidos julgadores, frementes para encontrar em bode expiatório, para descarregar seu rancor e frustrações, exultaram com a decisão do MDB.

A única saída para a Oposição.

A intransigência ante essas duas ameaças — era exatamente que queriam os intransigentes do outro lado: A justificativa para dizer, que o MDB é incorrigível, sua teimosia é que torpedeou o projeto de distensão.

Na verdade, quem corroeu todas as possibilidades de pacificação nacional foi o grupo radical que não abre mão de coisa alguma, enquanto exige tudo da Oposição. O projeto de reforma do Judiciário apesar dos intuitos modernizadores é basicamente antidemocrático e antidistensão. Sua consagração, resultará na intromissão definitiva do Estado, sem direitos em que o Poder Judiciário, será uma peça comandada pelo Executivo, ao invés de contrapeso.

A insistência em torno da manutenção do AI-5, é que está solapando todas as possibilidades de entendimento e relaxamento de tensões políticas, esta a cristalina verdade.

Se o governo quer negociar com o MDB as eleições diretas de 78 — questão caríssima a um partido cuja plataforma só admite o sufrágio universal — precisa oferecer em troca, algo que também lhe seja muito caro. Numa negociação é indispensável haver trocas. Numa transação é preciso consignar preços. Não se obtém nada importante, sem pagar contribuição crucial.

Pretender o contrário, é não entender nada de comércio ou política.

A reforma do Judiciário seria processo suave, gradual e seguro para esvaziar os poderes discricionários do AI-5. O Governo não o aceita. Então qual o objetivo da distensão? Em que consiste exatamente a proposta de abertura política do Governo? Delé partiu a iniciativa de conversar com a Oposição, significando que possui algo para oferecer aos opositores. Mas se não aceitou nem o substitutivo Accioly — meio termo proposto por um Senador arenista — o que aceitará como concessão?

Nestes longos anos de vontades impostas unilateralmente perdeu o ente governamental a percepção para as vontades dos outros. Neste extenso e intenso Exercício em torno da exclusividade dos desígnios e existência de um grupo dominante, desabitou-se para atentar desígnios e existências de outros. Neste sistema de pressões e castigos que habitualmente empregou contra a Oposição acabou o Governo exacerbando os grupos mais impacientes do MDB. Com a sombra de José Bonifácio e seu ardiloso projeto contra a fidelidade partidária projetando-se sobre os entendimentos Portela-Ulisses, ninguém é lógico ou racional. Se Portela reclama da indisciplina do MDB deve examinar igualmente a atuação, não se sabe até que ponto solitária, do seu líder da Câmara.

Houve um momento em que o diálogo Governo-Oposição encontrou possibilidades de êxitos. Se o Governo quer realmente este diálogo e não apenas uma escusa para nos impingir o AI-18 cabe a ele ter a grandeza para reencontrar a convergência perdida. Para isto é preciso retroceder, ser flexível, entender a Oposição. Este o aprendizado político que o Governo deve fazer para que a Oposição faça o dela”.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Imprensa de nosso Estado tem dado grande destaque à participação do Governo Estadual, no programa de recuperação da cafeicultura do Paraná.

Todos se lembram que logo após a geadas de 75, o Instituto Brasileiro do Café e também algumas autoridades em nosso Estado pronunciavam-se contrárias ao replantio dos cafezais do Paraná e especificamente do Norte, de minha região.

Diziam, naquela oportunidade, que o nosso clima não era

propício à cafeicultura esquecendo-se que nesse Estado, pela vontade apenas de seu povo — porque incentivo não havia por parte do Governo — sempre se alcançou maior índice de produtividade nesta área de plantação de café. Volta agora o Governo do Paraná, a pedir, com campanhas, que o povo paranaense plante novamente café; atenda o apelo do Governo Federal, porque sabe agora e já se apercebeu que não adianta dizer-se que aqui o café não produz, porque se o Paraná não atender o apelo é o Brasil que perde, conseqüentemente.

Outros Estados, realmente, não podem, não têm condições, de produzir o café como nós temos.

O Senador Leite Chaves, em Brasília, pronunciou-se a respeito. Diz ele que o programa de recuperação da cafeicultura fracassou redondamente.

Não temos, nesta Casa, informações específicas a respeito do assunto. Por isso, nesta data, estamos encaminhando requerimento de informação ao Sr. Secretário dos Negócios da Agricultura do Estado do Paraná, nos seguintes termos: (Lê): “Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Ilustríssimo Senhor Secretário da Agricultura do Estado, solicitando as seguintes informações:

1 — Qual o número de covas de café, efetivamente plantadas no plano de recuperação da cafeicultura paranaense, nos anos 1976/77?

2 — Qual foi a participação financeira do Governo do Estado no plano em tela?

3 — Além da participação financeira, que tipo de assistência está sendo dispensada aos cafeicultores pela Secretaria da Agricultura do Paraná?

4 — Que tipo de áreas foram consideradas aptas para plantio de café, as tradicionais ou áreas novas, antes inesploradas ou ocupadas por outras cultura? (exemplificar por municípios).

5 — Os financiamentos foram concedidos, exclusivamente, e grandes investidores, ou predominaram os liberados para pequenas e médias propriedades? (exemplificar com percentuais).

6 — Os financiamentos foram conquistados por tradicionais cafeicultores ou por novos investidores? (exemplificar com percentuais).

Sala das Sessões, em 23 de março de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Depois da geadas de 1975, as notícias vindas das áreas governamentais, davam conta da disposição do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em desestimular o cultivo de café em nosso Estado. Os protestos de grande parte do povo paranaense, através suas entidades representativas foram veementes. Veio então o plano de recuperação de nossa lavoura cafeeira, autorizando o plantio de 130 milhões de novas covas. As últimas informações no entanto, dão conta do fracasso, senão total, mas parcial do empreendimento. Justo, portanto, que esta Casa, fique informada da real situação de nossa agricultura, especificamente, da posição do plano de recuperação de nossos cafezais, riqueza maior de nosso Estado”.

Pretendo, com este requerimento, ficar informado, e esta Casa também, para que, no futuro bem próximo, possamos nós, representantes do povo do Paraná, levantar nossas vozes em defesa daqueles que — quem sabe — vão no “canto da sereia” para alcançar financiamento, e não chegam à conclusão, e não conseguem, perfeitamente, seus objetivos de formar lavouras cafeeiras. Porque, é do conhecimento do público, as denúncias foram feitas e providências não tomadas, que no outro plano de recuperação da cafeicultura do Paraná, áreas que não servem, por seu clima, por sua topografia, foram consideradas aptas

pelos técnicos do IBC que eram, efetivamente, proprietários, ou interessados na venda das terras. O fato se fez público, eles pretendiam valorizar seus terrenos.

Quantos paranaenses, quantos brasileiros tiveram prejuízos enormes com aquele plano de renovação da cafeicultura!

E hoje, novamente, o plano é lançado para o povo paranaense colaborar. Sabemos que este povo quer progredir, sabemos que este povo quer se fazer presente neste chamamento. Mas que se faça presente em áreas efetivamente boas para o plantio do café. E que a Secretaria da Agricultura, de fato, dê assistência àqueles que precisam.

O que chama nossa atenção é que os jornais, especificamente "O Estado do Paraná", edição de terça-feira, 22 de março, traz em sua manchete: "Café — Bahia quer mão-de-obra especializada" e vêm nossos irmãos baianos ao Paraná procurando levar nossa gente, nossos trabalhadores para investir naquela área.

Vejam, Srs. Deputados, pode ocorrer o que está ocorrendo.

E ontem vimos na televisão, com o metrô do Rio de Janeiro, onde as empresas vão ao Nordeste e trazem aquela gente que precisa trabalhar. Aproveitam-se do trabalho por dois ou três meses e largam as suas famílias no "olho da rua" sem a mínima condição de sobrevivência numa grande cidade.

E o alerta fica feito nesta oportunidade.

Voltaremos ao assunto para que não ocorra isto com a nossa gente paranaense, já sofrida, na maioria, morando nas cidades, sendo chamados de "Bóias-Frias".

Que este "canto da sereia" não os leve para outras cidades e lá, dentro de pouco tempo fiquem desprotegidos, sem condições de retornarem aos seus Estados de origem e, quantas vezes, passando fome.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ante tantas surpresas que se vêm ultimamente, me surpreendi também, como o Deputado da ARENA, com o confisco do soja.

Há muito tempo que esta tribuna tem recebido parlamentares que desfilam por aqui traduzindo o pensamento dos agricultores, principalmente dos plantadores de trigo, reclamando das autoridades, uma postura compatível com a necessidade do Paraná.

É o caso, por exemplo, da política de moagem de trigo no Paraná, que ocasionou o fechamento de muitos moinhos, que não dispunham de cotas suficientes para essa moagem. Fala-se, informalmente, que os moageiros destinavam indevidamente as cotas, fazendo com elas, negócios que não conferiam ao interesse da moagem no Paraná.

Recentemente se falou muito a respeito do assunto aqui, desta tribuna, principalmente, por vários parlamentares, reclamando que o Paraná que produz basicamente a quantia superior a um milhão de toneladas, por causa do problema climático (embora as áreas sejam plantadas em grande escala). Ocorre que a "Gazeta do Povo" e outros jornais publicaram hoje que o Chefe da SUNAB do Paraná teria ido fazer contato com as autoridades federais no sentido de ampliar esta cota destinada ao Paraná, que é hoje de pouco mais de 220 mil toneladas.

Anunciava o Sr. Tocafundo que o Governo Federal atribua, concedia, — como concede em outro plano, o Governo a determinadas pessoas —, se concedia também numa atitude de generosidade aos donos do Poder, uma conta ao Paraná de mais de 115 mil toneladas e o fez de uma forma peculiar ao

modelo que tem tido uma generosidade extrema, com as multinacionais. Sem entrar no mérito da operação multinacional no País, é de todo estranhável que todas as cotas de 115 mil toneladas, pelo menos, a imprensa informa que será destinada a uma só empresa do Paraná — Moinhos Santista S/A.

E, eu pergunto ao Sr. Tocafundo que, de vez em quando, por motivos de turismo, conhece a região Oeste do Paraná, os vários moinhos estão a reclamar o aumento de cotas para moagem do trigo, trigo que, também, tem feito passeios homéricos para receber a moagem no Estado de São Paulo e que essa companhia que se instala em Ponta Grossa é beneficiária de uma grande cota. E mesmo assim, o Paraná que consome 420 mil toneladas do produto, não consegue moer por motivos de política distorcida e contrária aos interesses do consumidor paranaense, não mói, senão, a metade do seu consumo; e, agora, quem sabe, subirá para três quartos do seu consumo. É lamentável que não se faz com objetividade, com visão de fortalecimento, não só da economia mas, uma política impeditiva da inflação e de gastos, sem nenhuma justificativa nacional.

É justamente para estranhar e para pedir que as autoridades se conscientizem deste aspecto de ordem econômica, que contraria até, o discutido modelo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 269/76, Mensagem do Poder Executivo número 124/76 e ex-Proposição número 390/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com o município de ARAUCÁRIA, objetivando execução do art. 37, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução número 269/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de Araucária, objetivando a execução do artigo 37, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 362/76, Mensagem do Poder Executivo número 147/76, e ex-Proposição número 445/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do controle à erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de TERRA ROXA, objetivando a execução de Obras de Controle à erosão urbana, na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução número 362/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da

Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de Terra Roxa, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente.

WERNER WANDERER — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 41/76, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Professores do Instituto Nossa Senhora das Mercês”, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 41/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “Associação de Pais e Professores do Instituto Nossa Senhora das Mercês”, com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 120/76, que declara de utilidade pública a entidade denominada “Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil”, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 120/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada “Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 128/76, dando nova redação ao artigo da Lei número 6258, de 23 de dezembro de 1971, e alterando para “Associação das Senhoras de Rotarianos de Umuarama”, a denominação da entidade sediada nesta cidade. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 128/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — O artigo 1º da Lei número 6258, de 23 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “Associação das Senhoras de Rotarianos de Umuarama”, com sede na cidade de Umuarama”.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, em forma de apelo, no sentido de que se digne determinar estudos referente à situação do Ginásio

Anchieta, no distrito de Missal, município de Medianeira, a fim de que sirva de base para a estadualização do referido estabelecimento de ensino. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de que sejam pagos os aluguéis devidos pelo Estado, ao proprietário do imóvel onde estão localizadas a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública de Medianeira. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que informe a real situação de nossa agricultura, especificamente, da posição do plano de recuperação dos cafezais. — **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 12/77.

Levanta-se a sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 153/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1571/77 de 16 de março de 1977.

R E S O L V E :

revogar o Decreto Legislativo número 532/75, de 10 de julho de 1975, na parte a que se refere a designação do funcionário JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, matrícula número 419, para exercer as funções de Chefe da Divisão da Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 25 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 154/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1571/77, de 16 de março de 1977.

R E S O L V E :

designar, ADILSON VICENTINI, matrícula número 110, ocupante do cargo de nível PL “28”, da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 25 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 132/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1768, de 17 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ORLANDO MORO, matrícula número 133, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Se-

cretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 18 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 133/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 1404, de 11 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria número 333/75, que designou o funcionário NILTON BUSATTO, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira; e,

II — designar o funcionário acima citado para prestar serviços no Gabinete da 1ª Vice-Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 134/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1775, de 18 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a MARLENE DE BRITO PERRONE, matrícula 222, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 21 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 135/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1585, de 16 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, de 21 de dezembro de 1976, à funcionária SOFIA KOLOSOVSKI, matrícula número 528, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 136/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1920, de 22 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários abaixo especificados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestarem serviços no Gabinete da Primeira Secretaria.

PEDRO LIBERTI — Mat. 253 — Secretário de Comissão.

WALTER JOSÉ PEIXER — Mat. 136 — Técnico de Administração, PL "28".

BOLÍVAR CAMARGO BARROS — Mat. 115 — Oficial de Administração PL "23".

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 137/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 1433, de 11 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar, JOSÉ AUGUSTINHO DA SILVA, funcionário Contratado deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, na função de Motorista.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 138/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1433, de 11 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários DILMAR ABÍLIO ARCHEGAS, JORGE KUDRI, MARIA ELISABETH POLI KUROWSKI, SAINT'CYR DE OLIVEIRA ROCHA, ANNA CRISTINA DE SOUZA e HUGO MARTINS KOSOP, para prestarem serviços no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 139/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1884, de 22 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a EUMÊNIA DE OLIVEIRA, matrícula número 469, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 04 de abril de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 140/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1240, de 08 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, ao funcionário GABRIEL QUESADA FILHO, matrícula número 077, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 141/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 1834, de 21 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a CÉLIA MARIA GRACIA HATSCHBACH, matrícula número 260, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 22 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

ATA DA COMISSÃO:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de março, do ano de um mil novecentos e setenta e sete, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, e presentes os Senhores Deputados: Fidelcino Tolentino, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Luiz Alberto de Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo e Waldenício Barbalho, bem como o Senhor Assessor, Dr. José Maria Zanardini de Camargo. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata de Instalação desta Comissão. Nada havendo para constar da HORA DO EXPEDIENTE, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: 1) - PROJETO DE LEI número 1/77, do Deputado Fuad Nacli. Denomina João Leopoldo Jacomel a Rodovia PR-415, que liga Curitiba a Piraquara. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 2) - PROJETO DE LEI número 8/77, do Deputado Gilberto Carvalho. Denomina Ponte Aparecido Bezerra Guedes, a ponte sobre o rio Ivaí, localidade de Ubá, na estrada que liga os municípios de São Pedro do Ivaí e São João do Ivaí. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3) - PROJETO DE LEI número 10/77, do Deputado Augusto de Oliveira Carneiro. Declara de utilidade pública o Lar dos Velhinhos de Ubatã, da cidade do mesmo nome. Relator Deputado Osvaldo Macedo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4) - PROJETO DE LEI número 12/77, do Poder

Executivo. Mensagem número 52/77, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva fixar, a partir de 01 de janeiro do corrente novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como os integrantes da Polícia Militar do Estado. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL com duas emendas substitutivas, a segunda emenda de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet. Em discussão e Votação. Aprovado o Parecer, bem como as emendas. 5) - PROJETO DE LEI número 129/76, do Deputado Ivo Thomazoni. Concede título de cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor José Victorino Monteiro James. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6) - PROJETO DE LEI número 149/76, do Deputado Francisco Escorsin. Declara de utilidade pública a Sociedade Cultural Santo Antônio, de Ubatã. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 7) - PROJETO DE LEI número 151/76, do Deputado Jorge Sato. Declara de utilidade pública o Clube da Amizade, com sede e foro na cidade de Maringá. Relator Deputado Osvaldo Macedo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 8) - PROJETO DE LEI número 112/75, do Deputado Muggiati Filho. Incorpora aos proventos de inatividade dos funcionários aposentados os benefícios previstos no artigo 140, item III, da Lei 6174 como específica. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 9) - PROJETO DE LEI número 158/74, do Deputado Erondy Silvério. Denomina Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, a rodovia que liga os municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 10) - PROPOSIÇÃO número 75/71, dos Moradores do município de Goioerê. Representação solicitando seja criado o município de IV Centenário, como específica. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Requer seja convertido em diligência junto ao Deputado Jayme Carvalho, da referida região. Deferido requerimento. 11) - PROJETO DE LEI número 6/77, do Deputado Francisco Escorsin. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Santo Antônio com sede em Ubatã. Relator Deputado Maurício Fruet. Requer seja convertido em diligência junto ao autor do Projeto. Deferido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, marcando outra para a próxima quarta-feira, dia vinte e três. Lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Paulo Camargo, pelos Senhores Deputados Membros da Comissão, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária em exercício.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO

Presidente

Rita Soares Bertoli - Secretária